

ANAIIS

S é r i e H i s t ó r i a

LISBOA, MCMXCV

VOLUME
II

Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola¹

Miguel Figueira de Faria*

*À memória
do Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida*

À extensa região fronteira luso-espanhola definida pela província espanhola da Estremadura correspondem, do lado português, a Beira Baixa e o Alto Alentejo.

De uma forma aproximada, poderemos avaliar a dimensão desta linha-limite em mais de uma quarta parte do total das fronteiras terrestres portuguesas.

Acresce a esta considerável extensão a caracterização física das áreas envolvidas, onde se registam algumas das mais vulneráveis zonas de penetração em território português. Esta condição morfológica motivou, desde os primórdios da Nacionalidade, uma reforçada preocupação defensiva, que foi refletindo através dos tempos a evolução dos conceitos de ocupação e defesa do território, constituindo deste modo um dos mais completos laboratórios de arquitectura e engenharia militar da História portuguesa.

O grande número de fortificações e o seu longo período de actividade determinaram o estabelecimento de uma metodologia de análise baseada nos momentos-chave caracterizadores dessa evolução secular, que proporcionasse uma visão global desse conjunto monumental ímpar, desde a época da sua fundação, principais adaptações e ampliações, até à actualidade e às propostas de conservação com novas funções socioculturais.

Para o presente ensaio, definimos como limites geográficos a fortaleza de Penamacor, a norte, na continuidade da cadeia montanhosa articulada das serras da Gata e da Malcata, excluindo a zona de Ribacoa, mais ligada a Leão e Castela, e o castelo de Mourão, não contemplando as restantes fortificações a sul fronteiriças à região andaluza.

Esta opção foi baseada num pressuposto metodológico que, obviamente, não ignora a artificialidade da solução proposta, dada a dependência estratégica entre os monumentos assim abrangidos e os que se localizam nas áreas periféricas.

De um modo geral, é consensual a ideia da carência de trabalhos monográficos, e mesmo de síntese, sobre os vários capítulos da história das fortificações portuguesas, da castelologia à arquitec-

* Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa.

tura e engenharia militar, ausências que são ainda mais notórias no âmbito específico da área agora em análise².

A questão tem, no entanto, despertado um crescente interesse, particularmente a partir da década de 80, realizando-se com uma periodicidade regular congressos e simpósios, nomeadamente os organizados pela Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (APAC), pela sua congénere espanhola, AEAC, ou ainda pela ARCINPE (Associação de Defesa do Património de Castelo Branco, Idanha e Penamacor), embora o material produzido respeitante aos castelos portugueses da raia seja reduzido e superficial, encontrando-se, nalguns casos, ainda inédito³.

Partimos, assim, à descoberta de um território ainda pouco frequentado pela Arqueologia e pela História da Arte, no qual as questões estratégicas começam finalmente a despertar, oriundas, sobretudo, da área dos investigadores de formação militar, continuando uma rica tradição historiográfica, infelizmente pouco divulgada⁴.

Geografia e História

A extensa área fronteiriça em análise foi determinada pelos condicionalismos históricos do período conhecido por Reconquista, onde um novo xadrez político se afirma na partilha do território pelos Estados cristãos peninsulares em formação.

Cumprida, no reinado de D. Afonso III, a reconquista portuguesa, com a tomada do Algarve (Faro, 1249), tornou-se prioritária a definição da fronteira a leste, que em Alcanices (D. Dinis, 1297) ficou definitivamente estabelecida.

O Tratado de Alcanices veio pôr termo a século e meio de conflitos fronteiriços de mútuas reivindicações territoriais, estabelecendo uma solução que chegou até aos nossos dias⁵.

Procurar, na linha raiana, a expressão de uma fronteira natural, ou a de um retorno a divisões territoriais de povos anteriores, parece-nos uma ideia carente de fundamento.

A recomposição do mapa medieval ibérico derivado da chamada Reconquista Cristã é, sobretudo, a resultante da vontade política de forças organizadas, que se confrontavam pela partilha dos territórios peninsulares.

A ideia de Pierre Renouvin aplica-se, do nosso ponto de vista, a esta situação: «Sem dúvida, o traçado das linhas de demarcação territorial depende da vontade dos dois Estados vizinhos e, consequentemente, das pressões que exercem um sobre o outro. É a expressão do equilíbrio das forças, muito mais do que de dados geográficos...»⁶.

Mas, se a geografia não pode ser considerada o elemento determinante na definição da nova fronteira, também não deve ser esquecida no conjunto de factores que determinaram o equilíbrio.

São precisamente as condições naturais impostas pela implantação dos relevos ou pelo curso dos rios que constituem as primeiras «fortalezas» defensivas da fronteira, e é precisamente onde se atenuam que em maior número surgem as fortificações construídas pelo homem.

É, pois, neste período cronológico, em que as novas fronteiras se formam e as funções estratégicas das fortificações portuguesas se evidenciam, que concentraremos a nossa atenção, não esquecendo que, em muitos casos, a sua origem remonta a épocas mais recuadas, nomeadamente a períodos de domínio árabe⁷.

Castelos fronteiriços da Beira Baixa e Alto Alentejo: Introdução à sua evolução

1. Da Reconquista ao Século XVI

Consultando os elementos de trabalho disponíveis⁸, pudemos inventariar os seguintes castelos, num período compreendido entre o século XIII e o início do XVI⁹.

Beira Baixa

Penamacor, Penha Garcia, Monsanto, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Salvaterra do Extremo, Segura e Castelo Branco.

Alto Alentejo

Montalvão, Nisa, Alpalhão, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Alegrete, Arronches, Assumar, Monforte, Ouguela, Campo Maior, Elvas, Juromenha, Alandroal, Olivença, Terena, Monsaraz e Mourão¹⁰.

Uma primeira leitura quantitativa revela, de imediato, maior número de castelos no Alto Alentejo (19) do que na Beira Baixa (8), impressão que ganha outro significado, se observarmos a forma como se dispõem geograficamente.

A leitura das referidas cartas de castelos, confirmadas pelo *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, revela-nos a existência de uma grande concentração de fortificações ao longo de toda a fronteira leste, apenas com uma falha visível na reentrante do Tejo (de Segura a Montalvão não se regista nenhuma fortificação)¹¹.

Tal como acontece em vastas áreas da vizinha Estremadura espanhola, no quadro evolutivo do período da Reconquista, muitas destas zonas fronteiriças então ameaçadas pelas contra-ofensivas árabes haviam sido confiadas às Ordens Militares.

No caso português, dos 27 castelos referidos, 14 encontravam-se à sua guarda, sendo particularmente notável a presença dos Templários, que dominam toda a fronteira da Beira Baixa (à exceção de Penamacor e Idanha-a-Nova), a linha reentrante do Tejo (pertence-lhes também Ródão, onde se encontra implantada uma torre de vigia sobre o rio) e ainda o grupo de castelos mais setentrionais do Alto Alentejo: Montalvão, Nisa e Alpalhão.

Aos Hospitalários, são concedidos Monforte e Mourão (mas com importantes bases numa segunda linha defensiva no Alto Alentejo, tais como Amieira, Gavião – na linha do Tejo –, Flor da Rosa, Crato, mais tarde cabeça da Ordem, etc.) e, aos cavaleiros de Avis, Juromenha, Alandroal e Terena.

Registe-se o facto de a Ordem de Santiago não possuir nenhum domínio na referida região.

As fortificações em análise devem-se, quase exclusivamente, às Ordens Militares ou à iniciativa régia, pelo que carece de fundamento, nesta região do País, a pesquisa sobre as raízes de um hipotético senhorialismo feudal, que estaria na origem dos castelos raianos da Beira Baixa e do Alto Alentejo.

A origem e a organização destes núcleos fortificados são, sobretudo, determinadas por questões de ordem estratégica e tática ligadas ao poder político dos sucessivos monarcas. Tais núcleos têm como objectivo a fixação de linhas de detenção seguras, no quadro da Reconquista, numa primeira fase, e, após a conclusão desta, na definição de uma fronteira a leste, preocupação evidente da política de D. Dinis, consagrada no Tratado de Alcanices (1297).

Os castelos são a componente militar visível desse esforço de consolidação, pelo que a sua disposição geográfica deve ser entendida no quadro de um sistema estratégico global delineado pelo poder político¹².

Esta linha de acção envolveu um conjunto de medidas que, para além das amplas concessões feitas às Ordens Militares, passou também por construções bélicas de iniciativa régia¹³, outorga de cartas de foral, estabelecimento de coutos de homiziados, na tentativa visível de, mais do que definir uma linha de presença militar, estabelecer uma ocupação efectiva do terreno, fomentando a fixação de populações numa zona com duvidosas potencialidades de desenvolvimento, dadas as suas limitações naturais, que a vocacionavam sobretudo para a pastorícia.

Pela análise das referidas cartas de castelos e respectivo confronto com o registo gráfico de Duarte de Armas, constatamos que não se verificam, à excepção do período de D. Dinis, grandes surtos de construção de novas fortificações fronteiriças.

A preocupação dominante parece ser a da sua manutenção e actualização em função dos avanços da arte poliorcética.

Foi esta motivação que levou D. Manuel I a ordenar a Duarte de Armas o levantamento gráfico dos castelos fronteiriços, reportório precioso registado em 1509¹⁵ e que nos noticia o diverso estado evolutivo das fortificações da Beira Baixa e Alto Alentejo.

No *Livro das Fortalezas*, podemos observar um conjunto de construções mais arcaizantes (Mourão, Montalvão, Monsanto, Ouguela, etc.), outras em que já surgem elementos dionisianos, como os balcões de matacões ou o aparecimento dos cubelos (Terena, Campo Maior, Castelo de Vide), ou ainda as que ostentam visivelmente um ou mais níveis de troneiras, revelando a adaptação às novas técnicas da pirobalística datáveis do final do século XIV e de grande difusão ao longo do século seguinte (Monsaraz, Olivença, Elvas, Alpalhão, Nisa, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Segura, Salvaterra, Pena Garcia, Penamacor)¹⁶.

Os conflitos luso-castelhanos que marcaram o final do século XIV não constituíram um grande teste à operacionalidade dos castelos portugueses da fronteira estremenha, visto as vias prioritárias de penetração terem sido sobretudo centradas na Beira Alta. A solução militar encontrada privilegiava as batalhas campais travadas longe da fronteira.

No reinado de D. Afonso V, novo período crítico, que culmina na batalha de Toro (1476), opôs os reinos ibéricos.

No texto do tratado de paz, confirmado posteriormente em Toledo (1488), determinava-se que ambas as partes fizessem «derribar totalas fortalezas que novamente tinham sido feitas em os ditos seus reinos, na raia, depois que o rei de Portugal entrara em Castela»¹⁷, medidas que parece terem sido acatadas¹⁸ e que revelam a preocupação de limitar o aparato bélico junto à fronteira.

Rui de Pina revela-nos que D. João II, no início de 1488, determinou que se procedesse a novas reformas nas fortalezas da fronteira, mandando «prover e fortalecer e reparar totalas cidades, vilas e castelos dos extremos dos seus reinos; e assim, nesse ano, mandara começar a cava e torres de Olivença, o que os reis de Castela quiseram por rogos impedir mas sem resultado»¹⁹.

A preocupação mantém-se em tempo de paz, ao longo do reinado de D. Manuel, que obtém dos povos, nas Cortes de Lisboa de 1502, uma vultosa contribuição, cujo destino incluía a reparação de vários castelos, incluindo os de Mourão, Arronches, Assumar, Marvão, Segura e Monsanto²⁰.

Esta atenção privilegia em especial as fortificações extremas. Das instruções dadas a Duarte de Armas resultou, como já anteriormente referimos, essa obra ímpar da arte europeia conhecida por *Livro das Fortalezas*.

Manuel Castelo Branco, no estudo citado, revela a existência de um levantamento feito no período referente ao reinado de D. João III, entre 1537 e 1538, por um emissário daquele monarca, procedente da demarcação dos termos dos lugares situados ao longo da fronteira. Isto permitirá um interessante confronto com a obra gráfica de Duarte de Armas, menos de 30 anos volvidos²¹, dado que, tendo-se registado em pleno período de transição para os esquemas da fortificação abaluartada, poderá esclarecer-nos sobre a eventualidade da introdução daquele novo sistema nessa zona.

Será preciso esperar mais de um século para que as fortalezas da frente raiana voltem a constituir uma prioridade na estratégia defensiva portuguesa, na sequência da Restauração do 1.º de Dezembro de 1640, com o início da dinastia de Bragança.

Durante este longo período intermédio, que inclui as regências de D. Catarina e do cardeal D. Henrique, o reinado de D. Sebastião e a dinastia filipina, as prioridades concentraram-se na reformulação da defesa do litoral e no desenvolvimento das fortificações ultramarinas.

Trata-se de uma fase fundamental da evolução da arquitectura militar, com o abandono definitivo das concepções medievais, através da adopção do sistema de fortificação abaluartada, em resposta à rápida evolução da pirobalística²².

A ameaça da expansão turca, que motivaria o trágico fim de D. Sebastião em Alcácer Quibir, e a progressiva cobiça das potências europeias sobre os extensos domínios coloniais dos reinos ibéricos evidenciaram uma nova realidade geopolítica, que culminou na união ibérica durante o

domínio filipino, período em que as fronteiras terrestres raianas perderam, temporariamente, significado.

2. O período da Restauração

As Guerras da Restauração, a partir de 1640, vêm inverter a situação, conferindo uma importância vital à fronteira com a Estremadura espanhola, e muito particularmente à região do Alto Alentejo, palco de operações privilegiado pelas acções militares daquele período, que motivaram profundas alterações nas suas principais fortalezas fronteiriças.

Consciente dos confrontos que se avizinhavam, D. João IV considerou de imediato prioritário o levantamento da situação militar do reino restaurado.

O Conselho de Guerra criado para superintender os assuntos militares rapidamente procurou planejar a reestruturação das linhas defensivas fronteiriças.

Os engenheiros militares disponíveis são solicitados para analisarem as áreas geográficas mais vulneráveis do País, com o objectivo de levantarem as linhas de defesa fundamentais à contenção dos invasores. Contudo, perante a dimensão da tarefa, rapidamente se impõe a necessidade de recrutar no estrangeiro construtores experimentados para acelerar o processo.

Foi no âmbito deste esforço de recrutamento de técnicos militares, que se concentrou sobretudo em França, que foi contratado em Paris, a 31 de Março de 1644²³, o engenheiro Nicolau de Langres, chegado a Portugal com as melhores referências.

Em Junho do mesmo ano, já se encontrava no Alentejo, onde, juntamente com outros engenheiros estrangeiros (Cosmander, Gillot), colaborou no esforço de recuperação das linhas fronteiriças.

Permaneceu ao serviço de Portugal até 1660, ausentando-se então do País com o pretexto de tomar posse de uma herança no seu país natal.

Regressaria a Portugal, mas já integrado no exército espanhol, fazendo parte do Estado-Maior de D. João de Áustria, ao serviço do qual viria a ser atingido mortalmente em 1665, durante o cerco a Vila Viçosa, contemporâneo da batalha de Montes Claros, que daria aos Portugueses uma vitória decisiva.

Langres interessa-nos particularmente pela autoria do livro de desenhos que se encontra hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa²⁴, proveniente do fundo de manuscritos da Casa de Castelo Melhor, provavelmente espólio de uma das batalhas (Ameixial ou Montes Claros) da Restauração²⁵.

Para além das plantas das fortalezas, algumas não passando de projectos nunca concretizados, ficaram-nos ainda as notas descritivas sobre a sua situação real, que Langres procurava fornecer com detalhe ao exército invasor.

O corpo reunido dessas breves notas constitui uma síntese de grande valor informativo sobre o estado de algumas fortalezas que interessam ao presente trabalho, nomeadamente as de Nisa, Montalvão, Castelo de Vide, Campo Maior e Juromenha.

Redigidas em francês, as notícias incluíam: a localização geográfica, com as distâncias, em léguas, aos principais acidentes naturais e às localidades fortificadas mais próximas; as vias de comunicação e as possibilidades de progressão dos vários corpos do exército no terreno; as principais produções da região e, finalmente, a descrição pormenorizada da fortificação, revelando as obras em curso e os respectivos pontos fracos, a sua importância estratégica, os efectivos da guarnição e suas especialidades²⁶.

Para além destas considerações, inclui o referido códice da Biblioteca Nacional de Lisboa projectos de fortificação que poderão, segundo a análise de Gastão de Mello de Matos²⁷, ter sido realizados, totalmente ou em parte, os referentes a Nisa, Monsaraz, Mourão, Campo Maior, Elvas, Olivença, Castelo de Vide e Juromenha.

Relativamente à área fronteiriça da Beira Baixa, o esforço construtivo do período da Restauração foi substancialmente menor, surgindo em Almeida, já na Beira Alta, a grande fortaleza abaluartada das Beiras raianas.

João de Almeida, no seu *Roteiro*, regista a reforma das fortalezas de Penamacor e Salvaterra e um conjunto de pequenas fortificações dispostas junto à fronteira, em localidades sobre as quais não há notícias seguras de terem sido fortificadas anteriormente: Monfortinho, Zebreira e Rosmaninhal²⁸.

Cremos ser o período passado em revista aquele que mais justifica uma análise à luz das relações luso-espanholas e do respectivo historial das fortificações da raia estremenha.

Poderíamos ter prolongado o estudo, de modo a abranger o período das Guerras da Sucessão e dos Sete Anos até ao século xx, mas pensamos tratar-se de um âmbito cronológico demasiado amplo para o presente trabalho.

Não queríamos, todavia, deixar de referir algumas fontes do maior interesse para a história das fortalezas portuguesas da área analisada, embora saibamos que não estamos sequer perto de esgotar o tema, dada a multiplicação dos dados disponíveis para o período da história contemporânea²⁹.

Para o ano de 1799, existem duas memórias executadas por oficiais que acompanharam o príncipe de Waldeck, general alemão contratado em 1797 pelo Governo português para a reorganização militar do País.

João Baptista Franco, barão de Blumenstein, redigiu a *Memoire sur Elvas et ses environs*³⁰, tendo analisado detalhadamente as suas fortificações, incluindo os fortes de Lippe e de Santa Luzia, previsto as suas capacidades de resposta a vários cenários de ataque e proposto um plano conjugado para a sua defesa.

Chevalier de Myrmon apresentou, precisamente com a mesma data do anterior documento (28.1.1799), a *Memoire militaire sur la partie meridionale de la frontiere du Portugal et sur les moyens de la porter au degré de force dont elle est susceptible*³¹.

Esta memória analisa pormenorizadamente a situação das fortalezas das fronteiras do Alentejo, deixando um retrato da situação, à época não propriamente lisonjeira para os Portugueses³². Apesar do seu estilo crítico, é um relatório de grande densidade informativa, sem dúvida elucidativo para o período em questão.

Datado de 13 de Fevereiro de 1808, chega-nos um outro documento, da autoria do coronel Vincent, chefe de engenharia de Junot, que inclui uma análise da situação das praças de Elvas, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Alegrete, Portalegre e Castelo de Vide, no Alto Alentejo, e Castelo Branco, Salvaterra e Monsanto, na Beira Baixa³³.

Pudemos verificar no terreno a evidente dicotomia que divide as áreas geográficas em análise.

O esforço de construção do período da Restauração deixou marcas muito mais profundas no Alto Alentejo do que na Beira Baixa.

A fronteira alentejana manteve-se como palco privilegiado de sucessivas invasões, o que fomentou uma resposta de manutenção e actualização das suas estruturas fortificadas. Mourão, Monsaraz, Juro-menha, Campo Maior, Marvão e Castelo de Vide são exemplos de fortalezas raianas de primeira linha, onde são facilmente detectáveis as reformas do século xvii comuns ao sistema abaluartado, abraçando os núcleos primitivos dos castelos medievais.

O conjunto fortificado de Elvas constitui, só por si, um dos mais notáveis laboratórios de engenharia militar, onde se pode acompanhar a evolução da arte de construir fortalezas, desde o castelo medieval até ao Forte de Lippe (final do século xviii), passando pelos seus onze baluartes, que envolvem o perímetro urbano, e pelo Forte de Santa Luzia, conjunto já definido por Rafael Moreira como um «museu europeu da fortificação seiscentista».

No pólo oposto à opulência de Elvas, deparamos, a caminho das Beiras, com Montalvão, que vale pelo seu passado e por todo o significado simbólico que uma ruína sempre tem.

Na Beira Baixa, o panorama muda. O esforço de construção pós-medieval foi efectivamente inferior. Perante o abandono das localidades da raia beirã que visitámos e o visível envelhecimento das populações, que insistem em permanecer, constatámos que melhor sorte não podia estar reservada às suas fortalezas. Eis-nos perante a ingratidão da História. Compreendemos melhor as dificuldades dos processos de povoamento medieval e da necessidade política de vincar militarmente uma fronteira física frágil através da construção de castelos, que ainda hoje guardam os seus perfis medievais (Monsanto, Penha Garcia). Hoje, que essas ameias e guaritas já não são necessárias, desertificam-se as raias...

É sobre esse esquecimento imerecido destas populações fronteiriças e dos seus monumentos que queríamos deixar uma mensagem e um voto, glosando o poeta: que a fronteira aproxime e já não separe...

NOTAS

- ¹ O presente trabalho foi apresentado no Congresso Internacional «Llerena, Extremadura y America», realizado naquela cidade estremenha de 7 a 9 de Outubro de 1992. Esta intervenção inseria-se num painel mais vasto, em que se integravam as comunicações de Manuel Garrido Santiago, da Universidade de Cáceres (*Fortificaciones de Extremadura*), do arquitecto Ramón Gutiérrez (*Territorio y Fortificación en América*). As actas do referido Congresso não chegariam, porém, a ser publicadas. Surgindo agora a oportunidade de divulgação deste texto, achámos, todavia, prudente sublinhar tratar-se apenas de um dos quadros de um tríptico, logo apenas uma visão parcial de uma panorâmica planeadamente multifacetada. À excepção de pequenos ajustamentos, optámos, por outro lado, por não introduzir alterações passíveis de alterar o espírito da comunicação primitiva.

Aproveitamos para renovar os agradecimentos aos Drs. Miguel Sanches Baêna, Duarte Pacheco de Sousa e Clara de Sousa Justino, pelos valiosos contributos prestados na elaboração deste trabalho, e sobretudo à Dr.^a Carolina Trewinnard, do Curso de História da Universidade Autónoma de Lisboa, pelo paciente acompanhamento da redacção e leitura da cópia final.

- ² Para além dos trabalhos pioneiros de síntese, normalmente citados, de João de Almeida e Jorge Larcher, os novos contributos reconhecem corajosamente, à partida, as dificuldades e riscos das suas tarefas. Veja-se, por exemplo, as considerações preambulares de Carlos A. Ferreira de Almeida, *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho*, Porto, 1978, ou de Rafael Moreira, *História da Arte em Portugal*, vol. 7, artigo *A Arquitectura Militar*, p. 137, Ed. Alfa, 1987.

Não podemos, infelizmente, comungar da opinião expressa pelo marquês de Sales, presidente da AEAC, nas considerações finais do *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España*, quando afirma que «los castillos portugueses tienen una historia mejor estudiada que los españoles...», divergência facilmente sustentável, se recordarmos, por exemplo, a excelente monografia de Antonio Navareño Mateos, *Arquitectura Militar de la Orden de Alcántara en Extremadura*, Editora Regional de Extremadura, 1987, sem paralelo próximo na actual produção historiográfica portuguesa.

- ³ Veja-se, por exemplo, o caso das Actas do referido *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España*, de que apenas as comunicações espanholas se encontram publicadas.

- ⁴ Vejam-se as recentes sínteses do tenente-coronel António Lopes Pires Nunes, *O Castelo Estratégico Português e A Estratégia do Castelo em Portugal*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1988.

- ⁵ Exceptuando a situação de Olivença, criada no início do século XIX e ainda por resolver, a fronteira luso-espanhola manteve-se estável, e os conflitos militares que se sucederam ao longo da história peninsular nunca aí encontraram a principal motivação.

Isto não significa que as relações fronteiriças tenham sido sempre pacíficas, particularmente nas definições dos termos das vilas próximas da fronteira. Mas os Estados optaram por confiar a resolução destes conflitos focalizados às autoridades locais. Veja-se Daniel Rodríguez Blanco, *Las Relaciones Fronterizas entre Portugal y la Corona de Castilla. El Caso de Extremadura*, Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, INIC, Porto, 1987.

- ⁶ Pierre Renouvin e J. B. Duroselle, *Introdução à História das Relações Internacionais*, Difusão Europeia do Livro, S. Paulo, 1967. Esta ideia coincide de algum modo com a visão de um autor clássico da historiografia portuguesa, como Oliveira Martins: «Se a ideia de raça não aparece; menos ainda a nova nação obedece às ordens de geografia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de teorias e sistemas. Vão até onde vai a ponta da sua espada: tudo lhes convém, tudo lhes serve, contanto que alarguem o seu domínio...», *História de Portugal*, tomo I, p. 10, Lisboa, 1879.

- ⁷ A questão da origem primitiva das fortificações raianas é assunto que só o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos poderá esclarecer devidamente. A este respeito, Ferreira de Almeida lamentava-se de que «a nossa arqueologia medieval que, com o seu estudo [referia-se aos castelos], se poderia ter alicerçado, nem sequer tenha começado...», C. A. Ferreira de Almeida, *op. cit.*, p. 2.

O autor escrevia em 1978, mas, apesar de, desde então, terem sido desenvolvidos trabalhos criteriosos (lembramos os das equipas de Mário e Rosa Varela Gomes (Silves) e de Cláudio Torres (Mértola), na área a que nos circunscrevemos, não temos conhecimento de monografias específicas sobre o assunto.

Jorge Oliveira, da Universidade de Évora, divulgou recentemente os resultados de trabalhos arqueológicos nas fortificações de Castelo de Vide, sem contudo terem sido detectados testemunhos anteriores à ocupação cristã. Jorge Oliveira, *Trabalhos*

arqueológicos na Praça de Armas de Castelo de Vide/Campanhas de 1985, 1986 e 1987-A, in Actas do 1.º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre, Portalegre, 1990.

Uma interessante comunicação apresentada por José Valverde Madrid, no *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España, la Influencia Árabe en las Fortificaciones y Castillos de la Raya de España y Portugal y en sus Defensas Marítimas*, classifica como «plenamente árabes» os castelos de Évora e Elvas e igualmente os de Castelo de Vide e Marvão, embora com uma influência menos nítida, afirmações que seria importante aprofundar através dos trabalhos arqueológicos. Ainda no quadro desta problemática do estabelecimento da genealogia primitiva dos castelos raianos, gostaríamos de lembrar a forma cíclica como muitos deles mudaram de mãos nesse período de transição da Reconquista, de cristãos para Árabes, ou mesmo de Castela e de Leão para Portugal, ou inversamente, o que terá certamente permitido uma mútua informação sobre os princípios construtivos utilizados por cada grupo e, conseqüentemente, um nivelamento técnico-estilístico que poderá, na sua hibridiz momentânea, ter constituído um ponto de partida comum para os modelos futuros dos castelos cristãos raianos.

- ⁸ Seguimos o mapa das povoações fortificadas dos séculos XII e XIII segundo a carta histórico-geográfica de Rui de Azevedo, inserida no artigo «Período de Formação Territorial», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1938, pp. 60-61, adaptada por J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1976, p. 147. Também reproduzida por Pires Nunes, *op. cit.*, p. 123.

O segundo elemento de referência é a carta geográfica inserida no trabalho do Prof. Humberto Baquero Moreno, *Castelos Portugueses (1350-1450)*, apresentada no Livro do Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, Lisboa, 1984, p. 114.

Finalmente, para a última fase referente ao início do século XVI, recorremos ao *Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, Edição Inapa, Lisboa, 1990.

- ⁹ Primeira grande subdivisão cronológica a que submetemos o presente trabalho, baseada no carácter do registo gráfico do *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, que retrata em síntese o momento final das concepções dos castelos tardomedievais anteriores à fase transitória para o sistema abaluartado, que se desenvolverá em Portugal ao longo do século XVI.
- ¹⁰ Registemos as pequenas diferenças entre as três fontes: na Carta de Rui de Azevedo (sécs. XII e XIII), dos castelos referidos, apenas faltam Alpalhão e Olivença; no trabalho de Baquero Moreno (1350-1450), não constam Salvaterra do Extremo, Montalvão, Alpalhão, Ouguela e Terena; o *Livro das Fortalezas* (1509) apenas não refere Idanha-a-Velha, sendo, por outro lado, a única fonte a referir Alpalhão.

Algumas das fortalezas incluídas são já consideradas de segunda linha, como é o caso de Castelo Branco, mas optámos pela sua inclusão, dada a referência do *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas.

- ¹¹ Como afirma o tenente-coronel Pires Nunes, *op. cit.*, p. 134, «parece haver uma confiança nos rios como obstáculos», justificando o mesmo autor a diluição da concentração de castelos na reentrância do Tejo, por esta ser «escarpada e numa área conducente ao Teatro de Operações da Beira Baixa, de onde o avanço para Lisboa é muito difícil», *op. cit.*, p. 132.

- ¹² Sobre a questão da estratégia geral dos castelos da raia, veja-se a obra citada de Pires Nunes, e ainda Juan Guerra Romero, «La Estrategia de los Castillos de la Raya Luso Hispana» in *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España*, Madrid, 1984.

À sombra destes castelos, desenvolveram-se centros urbanos, pelo que o seu estudo não se esgota no âmbito da Estratégia, da História da Arte ou da História Militar, sendo por isso um campo fundamental para a História Económico-Social, da Administração Pública, Cultural, do Quotidiano, etc., quando o entrosamento dos levantamentos documentais e arqueológicos o permitir.

- ¹³ Neste âmbito, distinguiu-se muito particularmente D. Dinis, cuja acção de construtor e restaurador de castelos é descrita por Rui de Pina. No capítulo *Das obras, e couzas notáveis, que ElRey D. Dinis fez em sua vida*, revela o cronista que «Este Rey em seu tempo fez quazi de novo todalas Villas, e Castellos de riba Dodiana (...) cujos alcaceres, e Castellos fez de fundamento com muitas despexas (...) e assi fez na dicta Comarca dantre Tejo, e Odiana...»

No vasto leque de castelos citados, incluem-se os de Olivença, Campo Maior, Ouguela, Monforte, Arronches, Portalegre, Marvão, Alegrete, Castelo de Vide, Alandroal, Monsaraz e Assumar, «acrescentando» ainda o de Juromenha (Rui de Pina, *Crónica DelRey Dom Dinis*, Capítulo XXXII).

Se atentarmos na distribuição geográfica das construções dionisianas referidas por Rui de Pina, deparamos com uma

omissão total de intervenções na zona da Beira Baixa, que se prolonga pelo Alto Alentejo até Castelo de Vide, coincidindo com a extensa área fronteiriça sob controle dos Templários, o que interpretamos como uma prova de confiança do monarca nas capacidades operacionais daquela Ordem Militar. Sobre outras interpretações deste *hiato*, veja-se Pires Nunes, *op. cit.*, pp. 129-130. D. Dinis não se distinguiu apenas pelo número de novas construções e de restauros, mas também pela inovação estilística e tecnológica, estabelecendo definitivamente a passagem do castelo românico ao gótico e introduzindo elementos que se tornaram peculiares, como os chamados balcões dionisianos (para defesa vertical) e os cubelos.

- ¹⁴ Sobre tudo nos reinados de D. Fernando e de D. João I. Coutos de homiziados estabelecidos neste período na área em análise: Marvão (1378), Penamacor (1379), Arronches (1385), Juromenha (1388), Monsaraz (1414), Ouguela (1420), Segura (1421) e Penha Garcia (1431). J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, pp. 331-332.
- ¹⁵ Datação proposta por Manuel da Silva Castelo Branco, no estudo introdutório do *Livro das Fortalezas*, Edição Inapa, Lisboa, 1990, p. 16.
O mesmo códice do Arquivo Nacional da Torre do Tombo havia já sido divulgado por João de Almeida, *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, Lisboa, 1943.
O códice similar da Biblioteca Nacional de Madrid, atribuído ao mesmo autor, foi estudado por D. Manuel González Simancas, no trabalho *Plazas de guerra y castillos medievales de la frontera de Portugal – estudios de Arquitectura militar*, in *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, tomos XXII a XXV, Madrid, 1910-1911.
- ¹⁶ Sobre a análise tipológica dos castelos desenhados por Duarte de Armas, veja-se também o trabalho de Leonardo Villena, *Elementos peculiares en los castillos medievales de la Raya Portugal-España* in I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España, Madrid, 1984. Sobre a evolução da artilharia, veja-se Miguel Sanches de Baêna, «A artilharia moderna» in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, 1989, pp. 73 e seguintes.
- ¹⁷ ANTT, *Livro de demarcações dentre estes Regnos e os de Castella e de contractos de pazes*, coligido por Fernão de Pina, liv. 61 da Leitura Nova, fl. 135, Manuel S. Castelo Branco, *op. cit.*, p. 4.
- ¹⁸ *Idem*, p. 4.
- ¹⁹ *Ibidem*, p. 4. Rui de Pina, *Chronica d'El-Rei D. João II*.
- ²⁰ *Ibidem*, p. 5. Manuel Castelo Branco acrescenta ainda em seguida: «A confirmar tudo isto, encontrei inúmeros documentos, em que D. Manuel (antes e depois de Duarte de Armas haver procedido ao levantamento das fortalezas do extremo) manifesta o seu interesse pelo restauro e ampliação das fortificações do Reino: nomeação e instruções para engenheiros, arquitectos, mestres de pedraria e outros oficiais, a fim de participarem no projecto, condução, fiscalização e avaliação dos trabalhos; quitação a almoxarifes e vedores, incumbidos de receber e dispendir verbas para as ditas obras, aquisição de materiais, pagamento de salários, etc.».
- ²¹ Manuel Castelo Branco, *ibidem*, p. 5, revela estar a preparar a publicação do referido levantamento, sob o título *Uma Jornada Memorável. A Demarcação da Fronteira Terrestre de Portugal, em 1537/38*.
- ²² Sobre este período, é fundamental a consulta dos trabalhos de Rafael de Faria Moreira, *A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal*, in *Actas do Simpósio Internacional «A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica»*, Coimbra, 1981; «A arquitectura militar» in *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Edições Alfa, 1987; «A Época Manuelina» e «A Arte da Guerra no Renascimento» in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Edições Alfa, Lisboa, 1989.
- ²³ O documento do contrato foi publicado por Gastão de Mello de Matos, no estudo fundamental *Nicolau de Langres e a Sua Obra em Portugal*, Lisboa, 1941. Outros documentos sobre Langres encontram-se publicados nas obras clássicas de Sousa Viterbo, *Dicionário de Architectos...*, e de Cristóvão Aires, *História Orgânica e Política do Exército Português – Provas*.
- ²⁴ B.N.L. Reservados, Mss Códice 7445.
- ²⁵ Sobre a proveniência do Livro de Langres, veja-se Gastão de Mello de Matos, *op. cit.*, pág. 85.
- ²⁶ Seria interessante a transcrição integral das notas de Langres, mas não nos parece ser este o momento oportuno, dado que excederíamos o âmbito genérico a que nos propomos. Planeamentos, contudo, inseri-las no catálogo monográfico, a publicar oportunamente.
- ²⁷ *Idem*, p. 85 e seguintes.
- ²⁸ João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. I, Edição do Autor, Lisboa, 1945.
- ²⁹ Veja-se, por exemplo, o *Relatório da Comissão das Fortalezas do Reino*, 1983, Arquivo Histórico Militar.

³⁰ Documento publicado por António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes Referentes a Portugal*, vol. I, (1799-1802), Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1971, pp. 52-72.

³¹ *Idem*, p. 76 e seguintes.

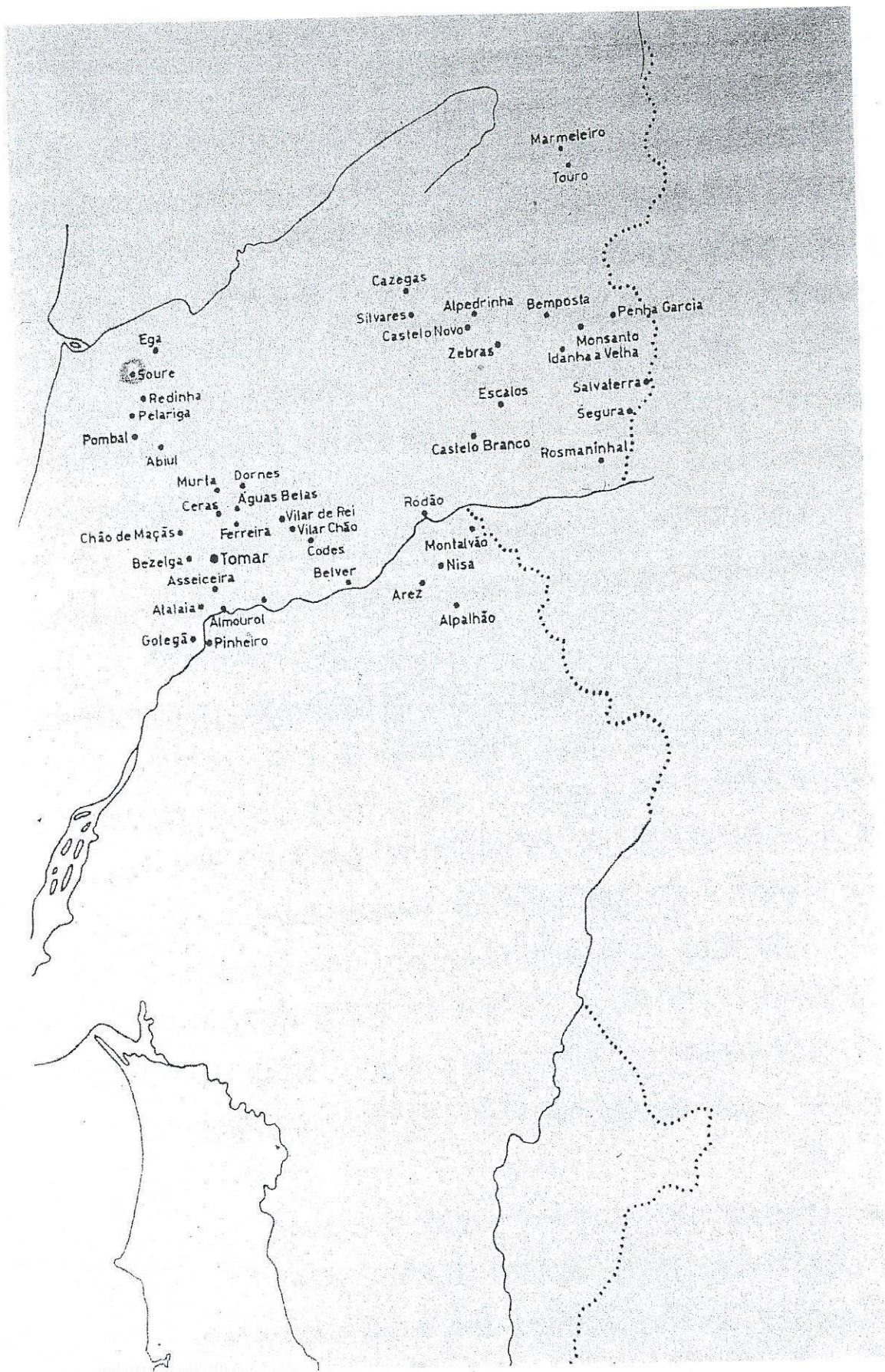
³² Atente-se, por exemplo, na descrição relativa a Monsaraz: «Monsaras est situé vis-à-vis et à une lieue de Mourão, dont il est séparé par le Guadiana qui coule à une demi lieue de l'un et de l'autre. C'est un vieux château qui tombe en ruines, couvert par des ouvrages à la moderne, fort mal adroitement disposé, & qui ne sont pas en meilleur état. La montagne sur laquelle tout cela se trouve est longue et étroite. Le château en occupe le milieu, et il reste de chaque côté un espace de 400 pas environ. L'une de ses extrémités, celle du Nord-Est est occupée par le soi-disant for *St Bento*, qui ressemble bien plutôt à un enclos de jardin, l'autre ne l'est pas du tout. Il y a dans le château un puits qui ne tarit pas et deux citernes dont l'une immense. Si l'on veut jamais faire quelque chose de Monsaras, il faudra regarder comme non avenu tout ce qui existe...».

Curiosa é também a descrição de Olivença dois anos antes da sua perda: «...cette place est très aisée à masquer; il faudrait pour la secourir, si elle était attaquée, donner une bataille en plaine avec le Guadiana à dos, c'est-à-dire courir les plus grands risques avec toutes les forces de la Monarchie. Si on l'avait perdue, il faudrait courir les mêmes risques pour la rattrapper. Cependant cette place n'a pas d'objet d'utilité bien marquée: on n'oserait y faire un dépôt de munitions qui y seraient peu en sûreté, et que le voisinage d'Elvas rend d'ailleurs peu nécessaire; de plus elle ne présente sous ses murs aucune position où une armée inférieure pût se croire en sûreté. Concluons donc qu'Olivença ne convient nullement au Portugal, et qu'il serait à souhaiter qu'il n'exista pas...».

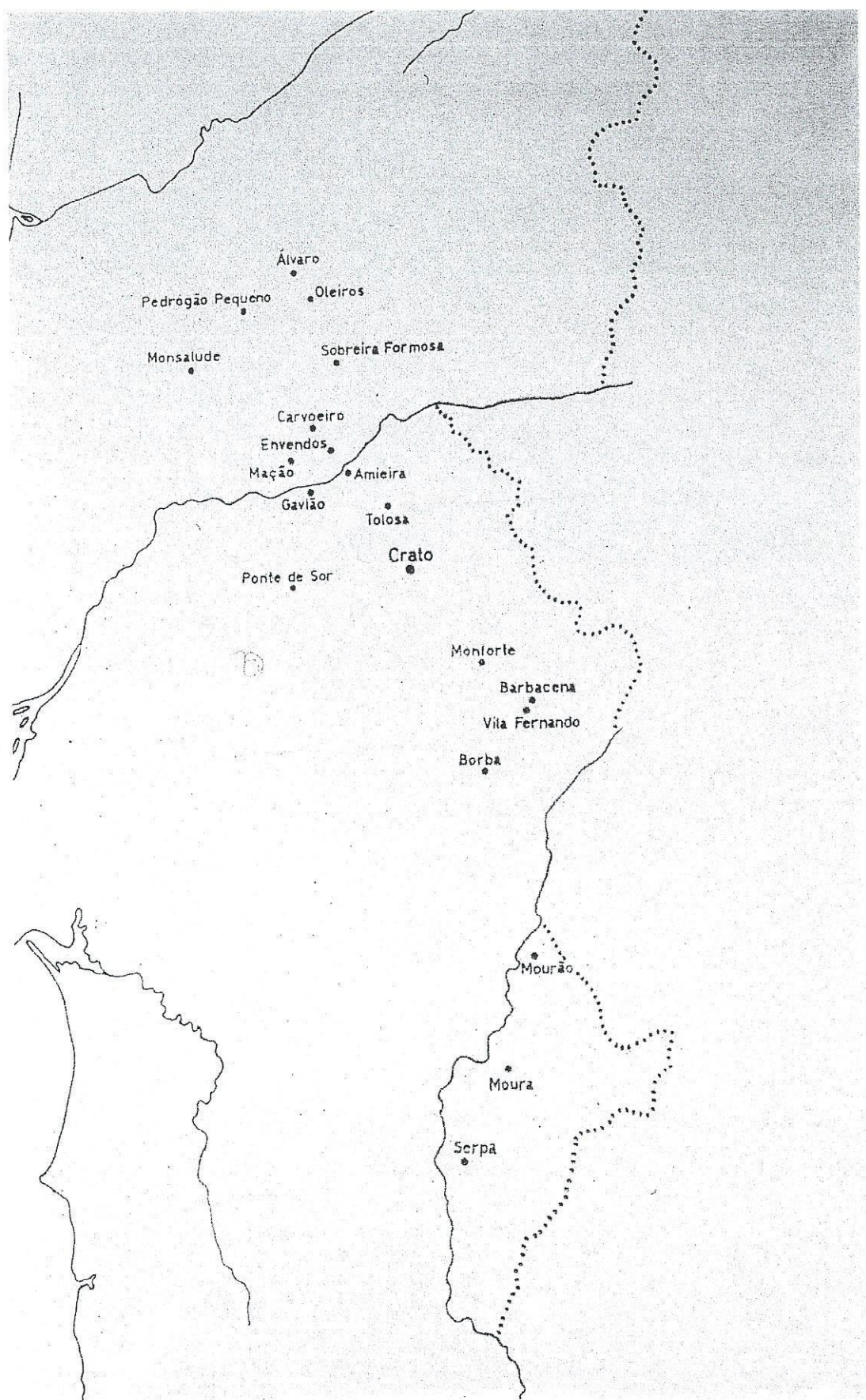
³³ «Memoires sur Plusieurs Places et Postes du Portugal, par le Colonel du Génie Vincent», publicado por António Pedro Vicente, *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire*, Lisbonne, 1984, pp. 231-241.



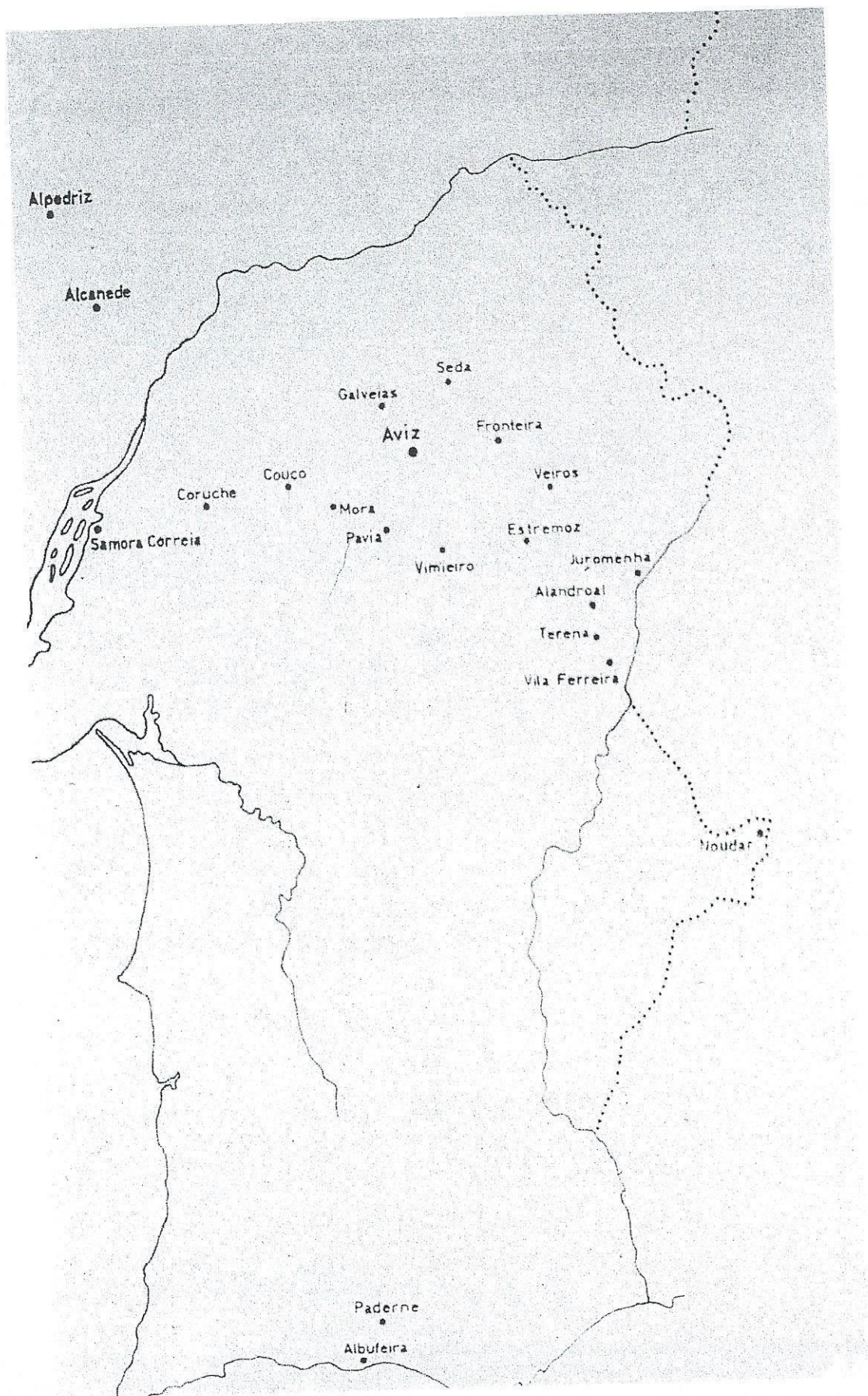
Mapa das povoações fortificadas dos séculos XII e XIII, segundo a carta histórica de Rui de Azevedo (Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, pág. 147).



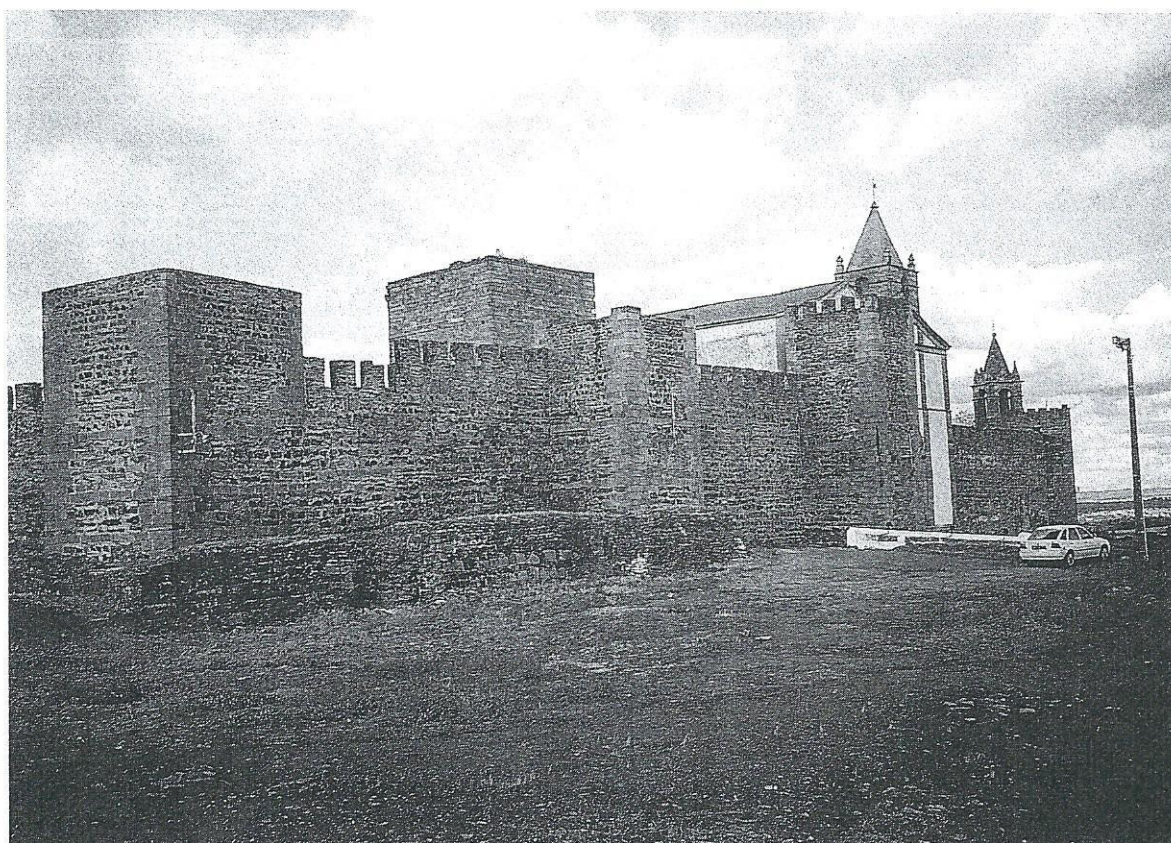
Mapa dos domínios da Ordem dos Templários nos séculos XII-XIII (V. Serrão, *op. cit.*, pág. 168).



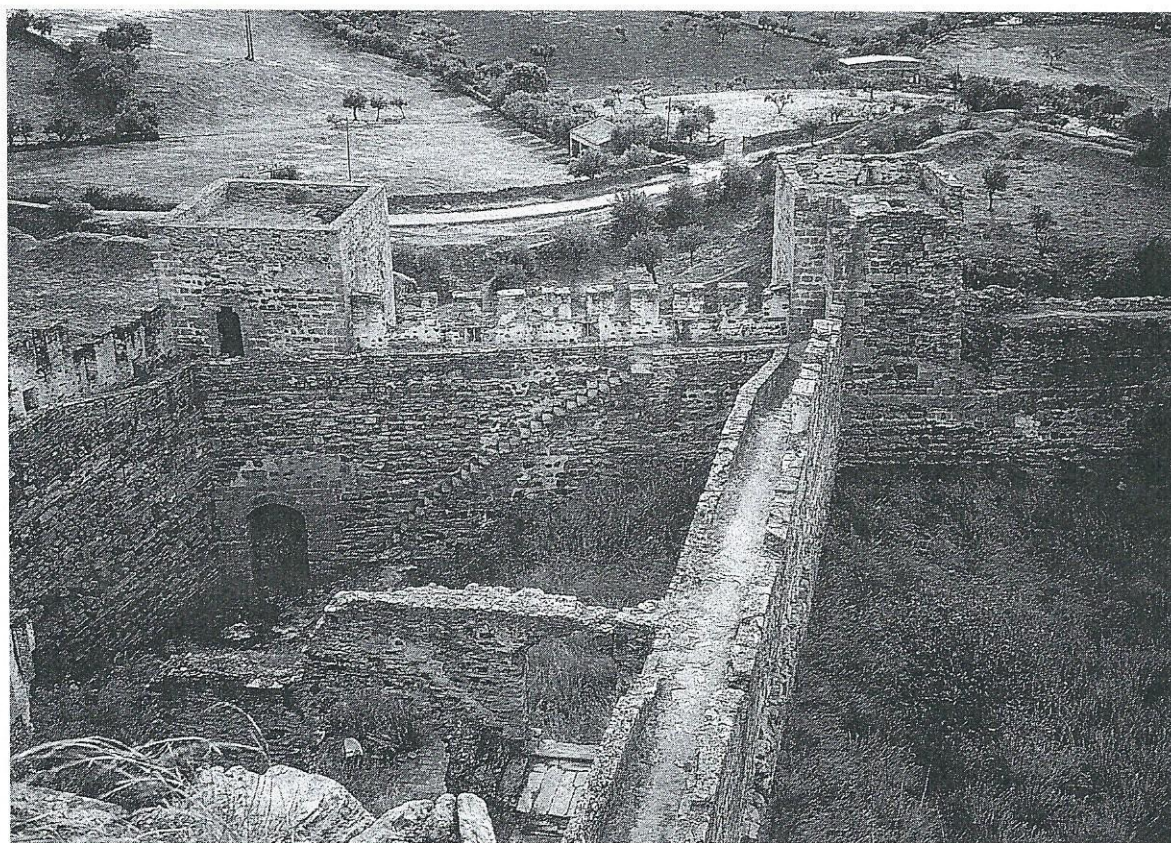
Mapa dos domínios da Ordem do Hospital nos séculos XII-XIII (*idem*, pág. 169).



Mapa dos domínios da Ordem de Avis nos séculos XII-XIII (*ibidem*, pág. 170).



Castelo de Mourão (distrito de Évora).



Castelo de Mourão.



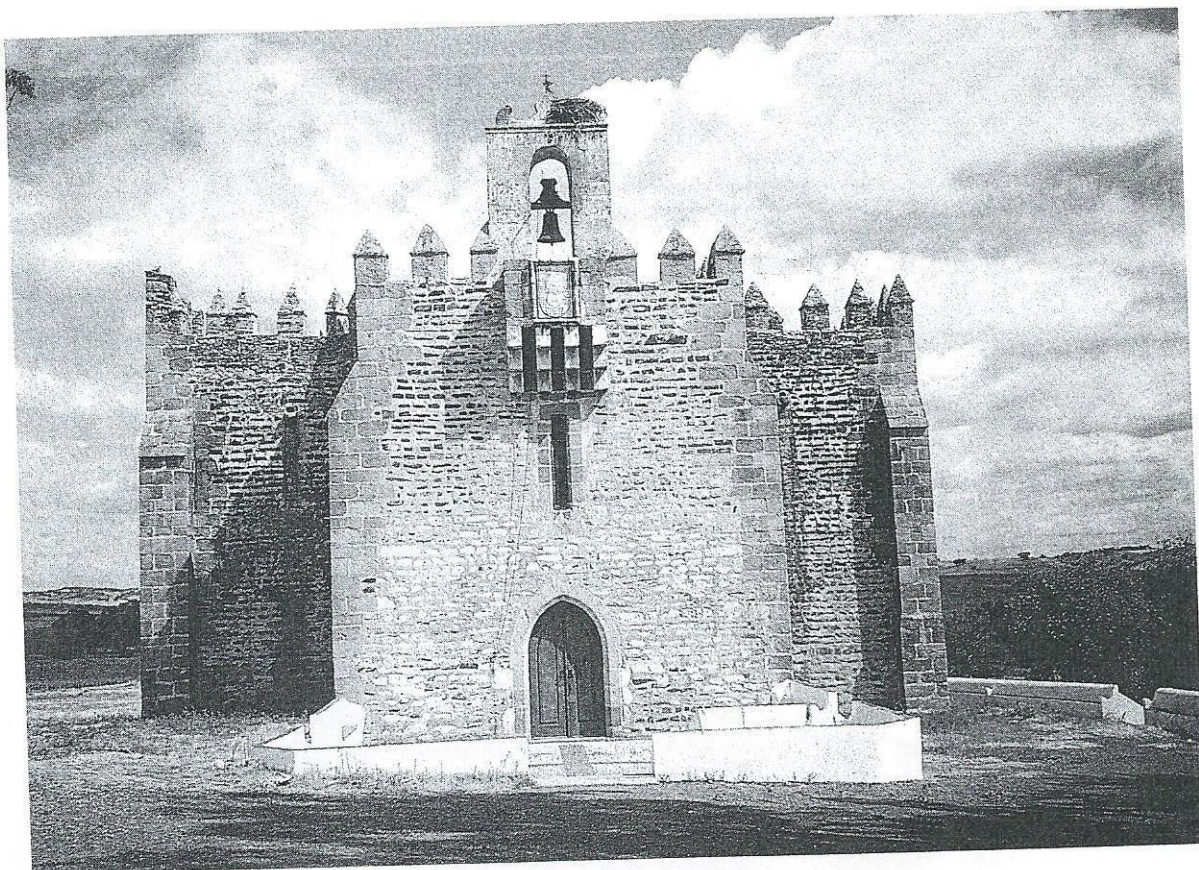
Castelo de Monsaraz (distrito de Évora).



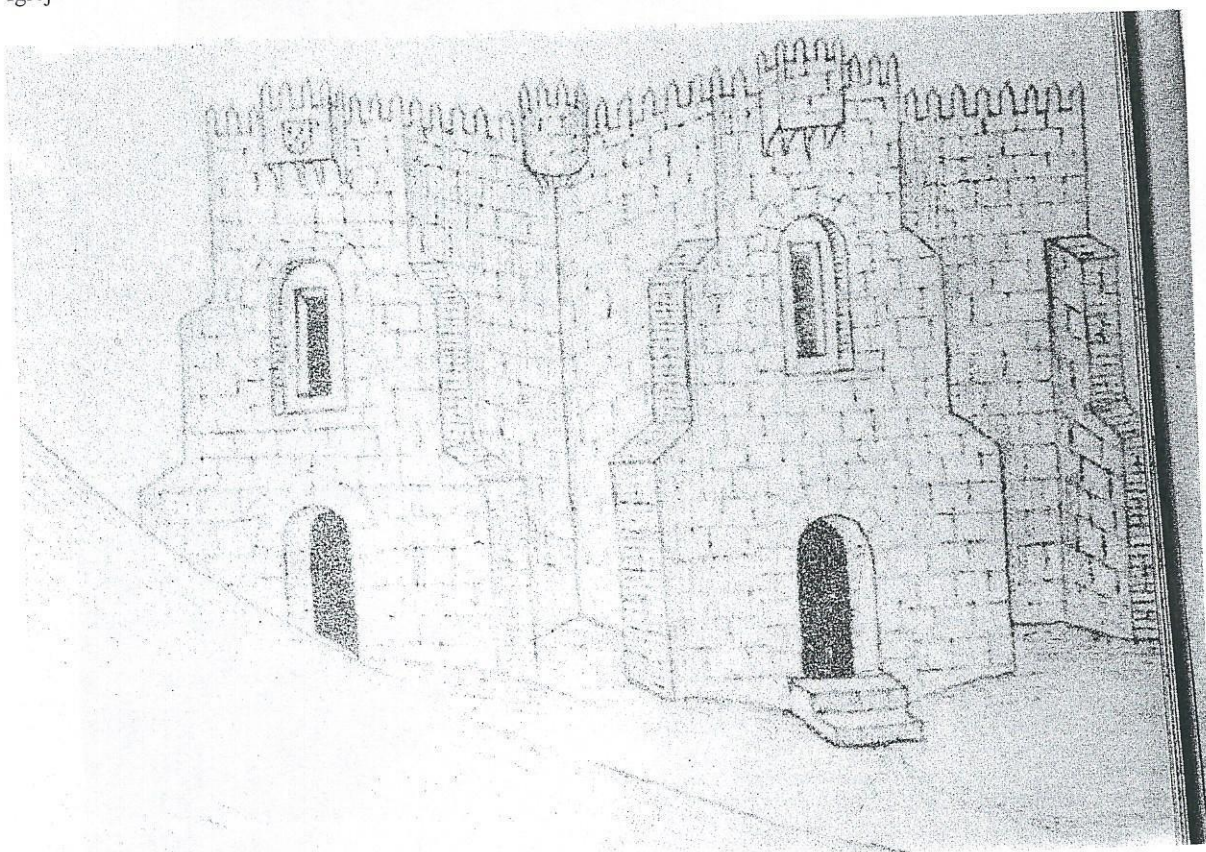
Castelo de Terena (distrito de Évora).



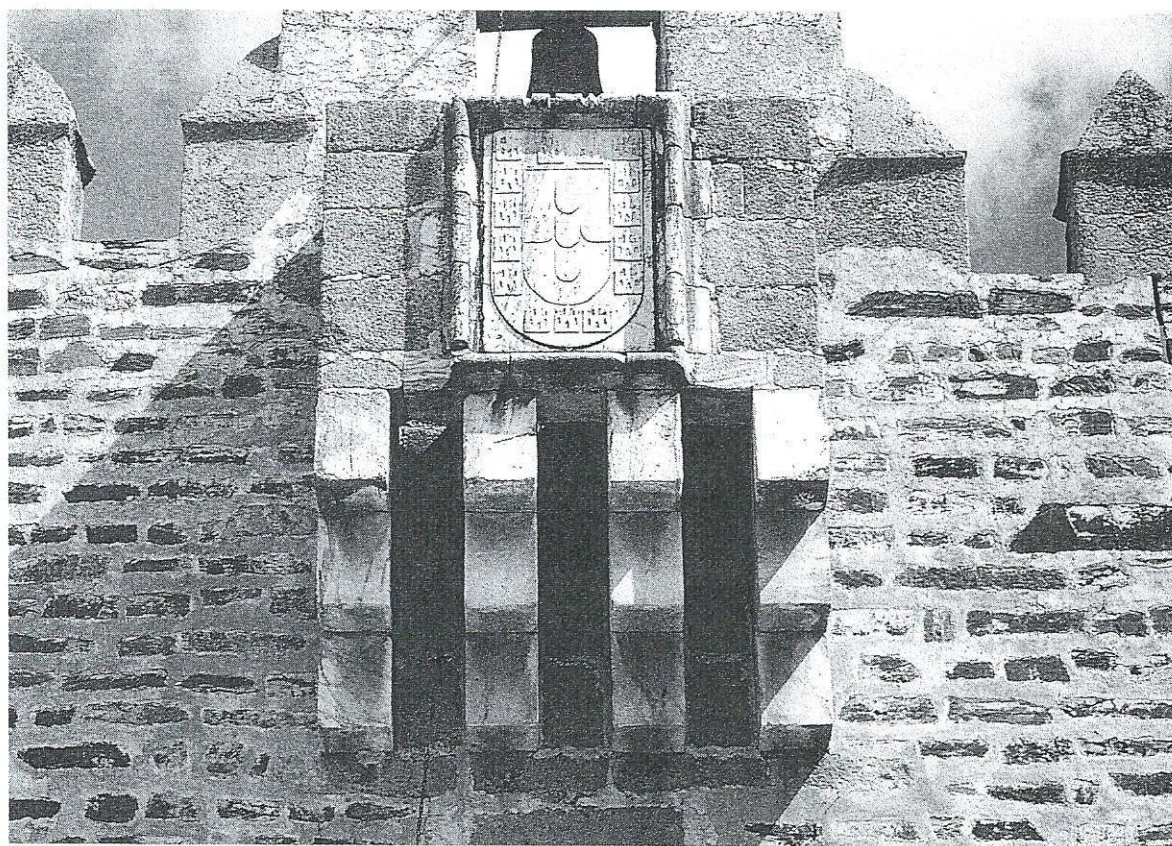
Castelo de Monsaraz – torre de menagem.



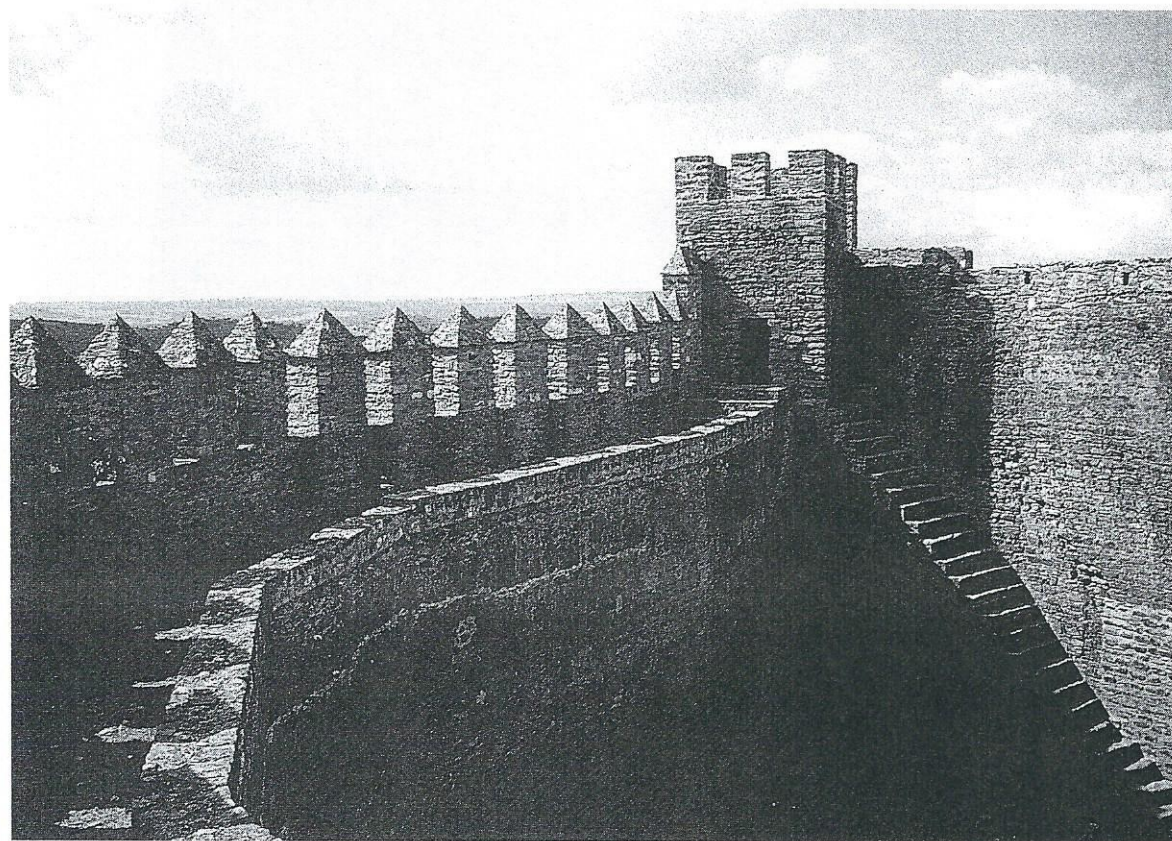
Igreja-fortaleza de Santa Maria da Boa Nova (arredores de Terena).



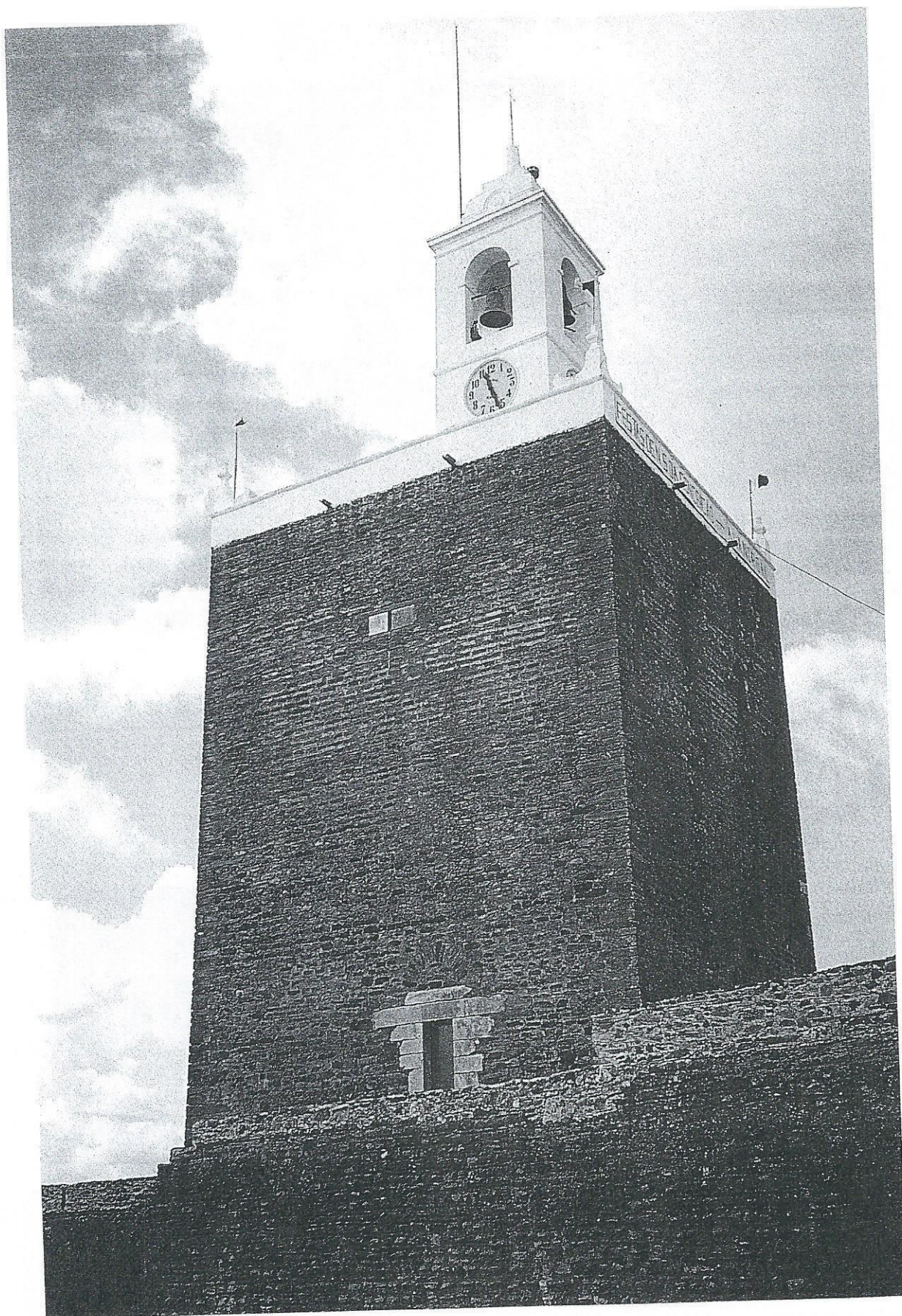
Representação da mesma igreja no *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas.



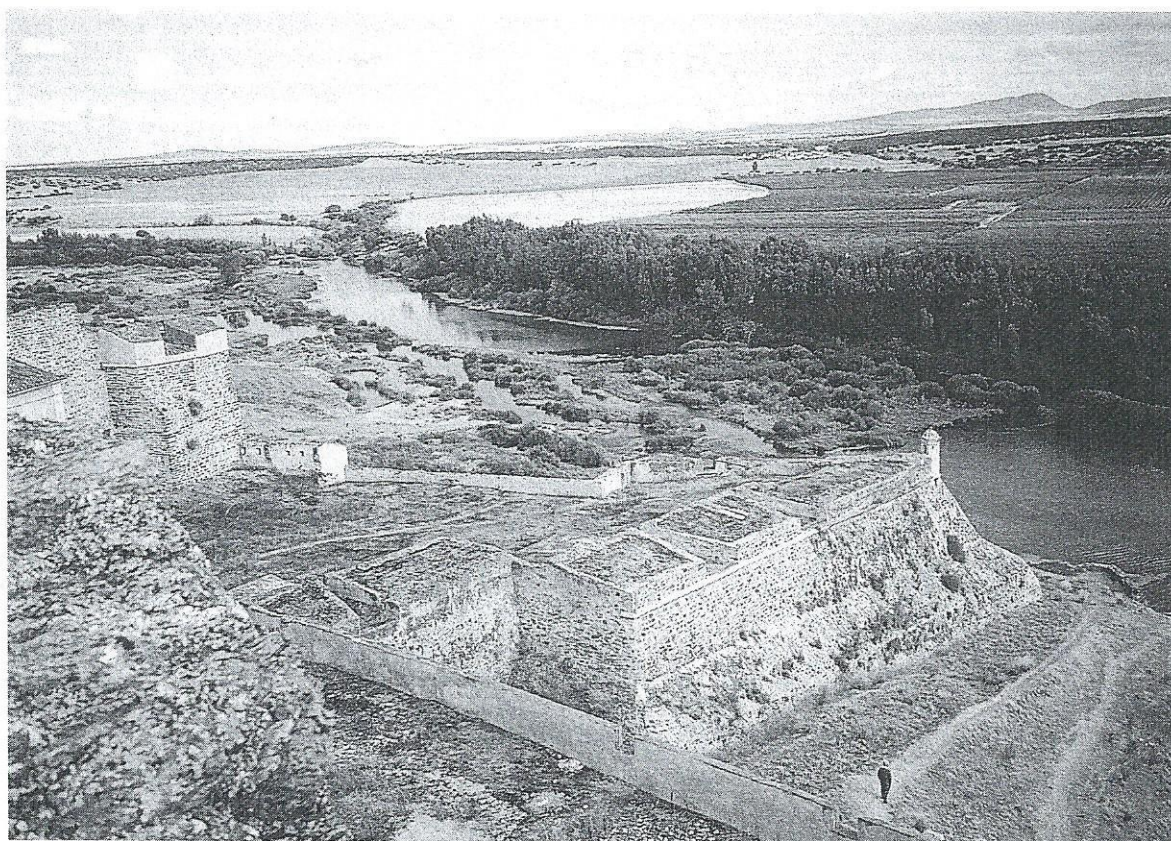
Pormenor de um balcão dionisiano ou de mata-cães.



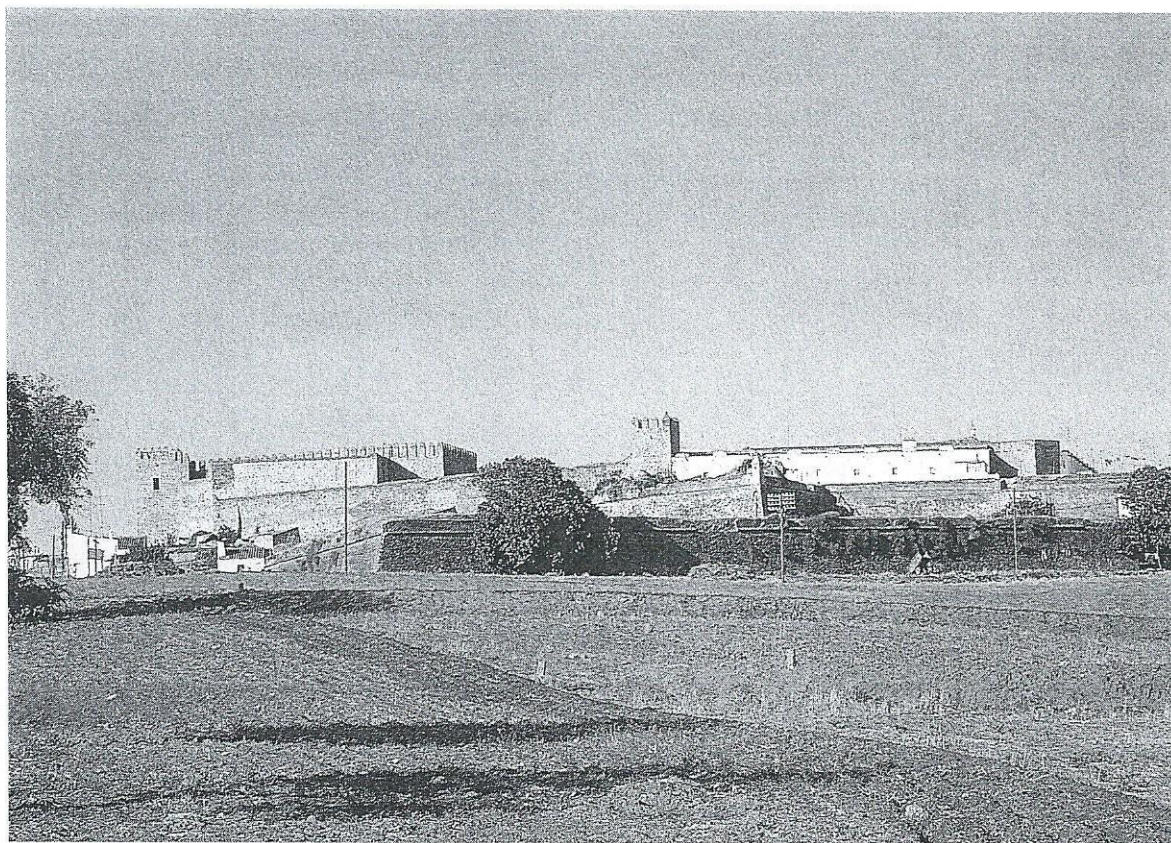
Castelo do Alandroal – panorâmica sobre o adarve.



Castelo do Alandroal – torre de menagem (distrito de Évora).



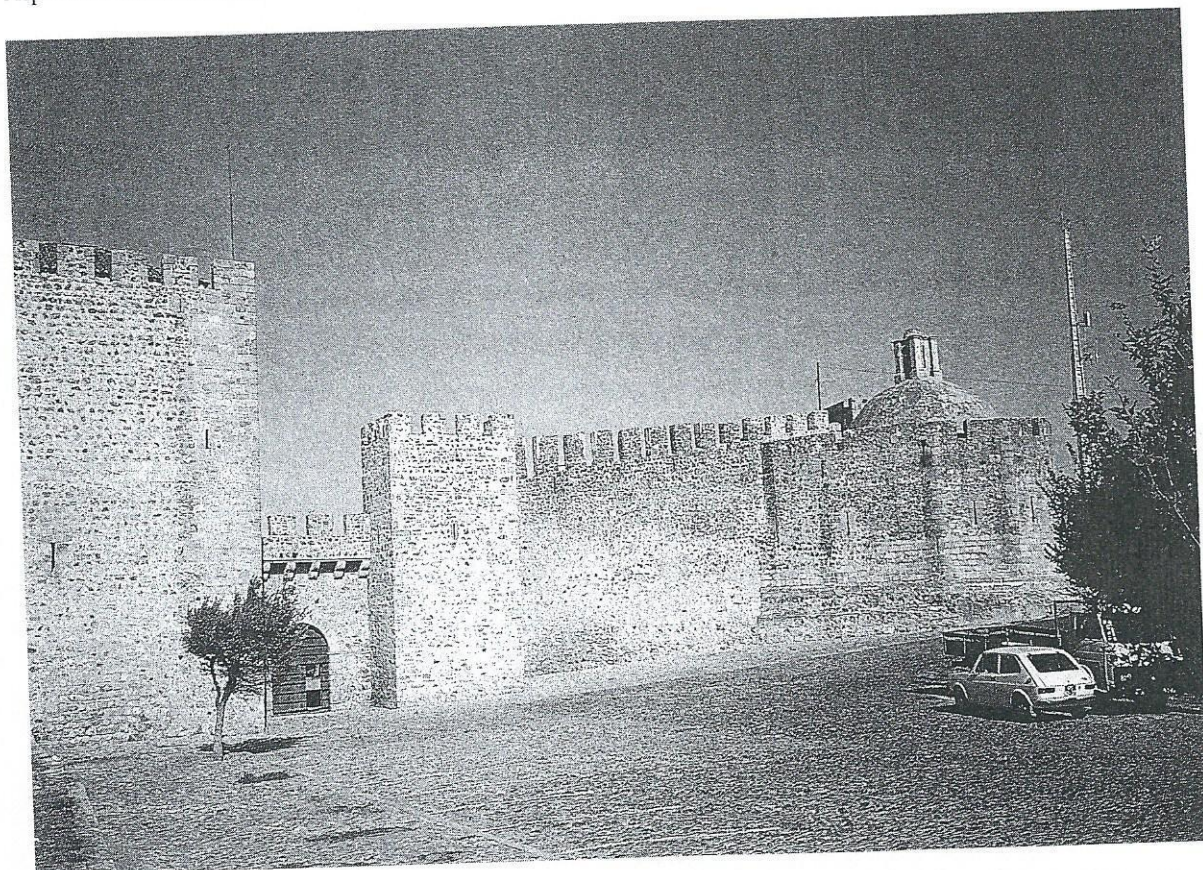
Fortaleza abaluartada de Juromenha (distrito de Évora).



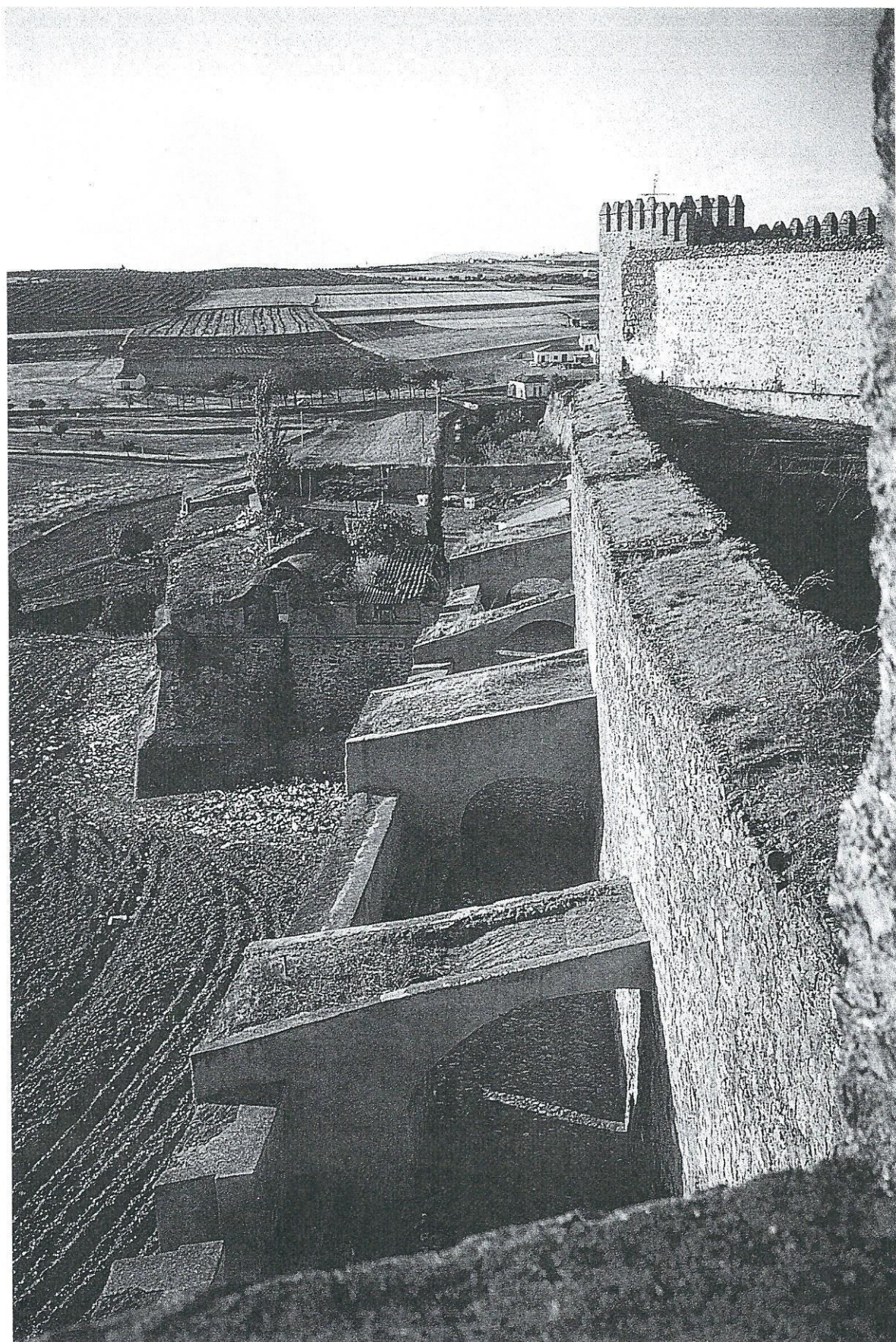
Campo Maior – castelo medieval e cerca abaluartada do século XVII (distrito de Portalegre).



Aspecto da cerca abaluartada da cidade de Elvas (distrito de Portalegre).



Castelo medieval de Elvas (alçado poente).



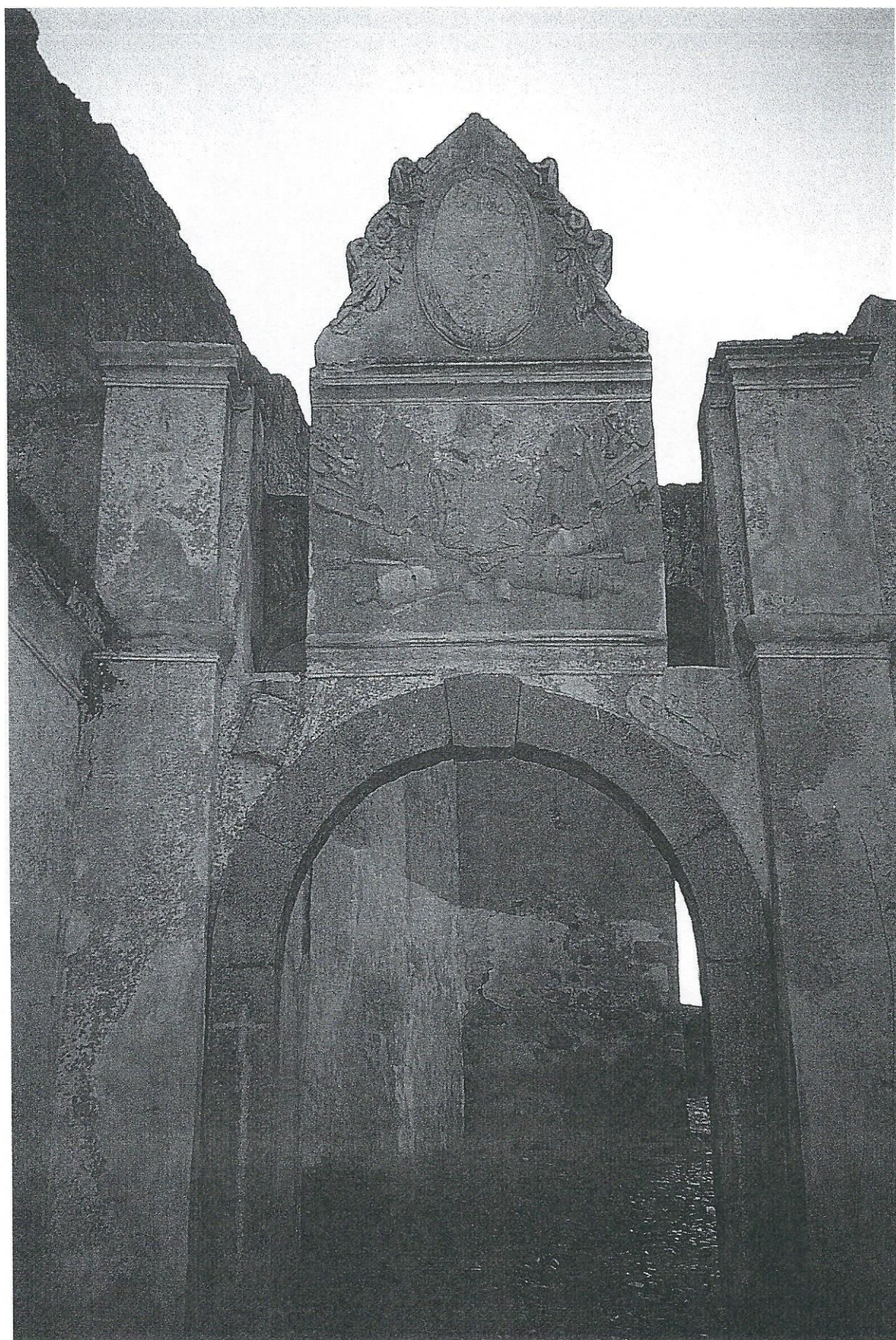
Campo Maior – pormenor da cerca.



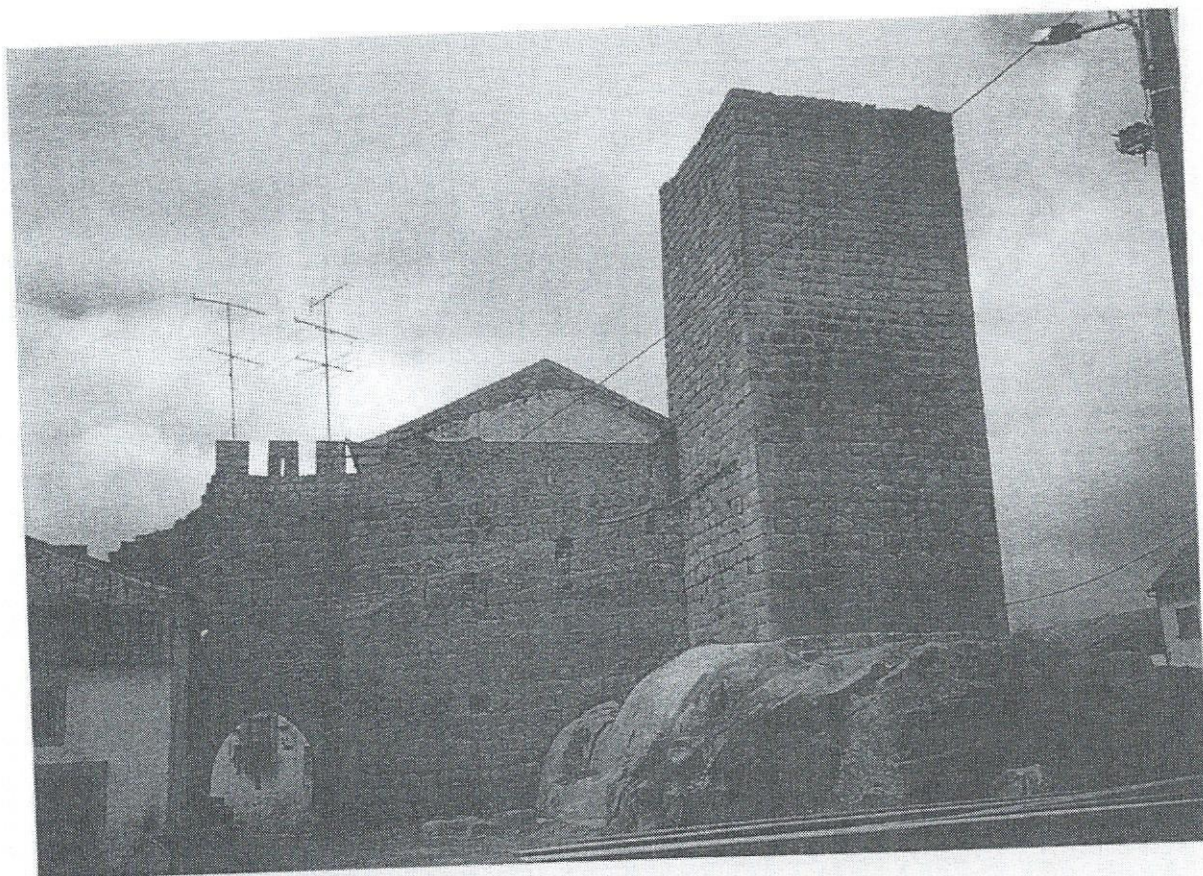
Campo Maior – guarita moderna entre ameias medievais.



Ouguela – vista sobre o recinto.



Ouguela – porta seiscentista do castelo (distrito de Portalegre).



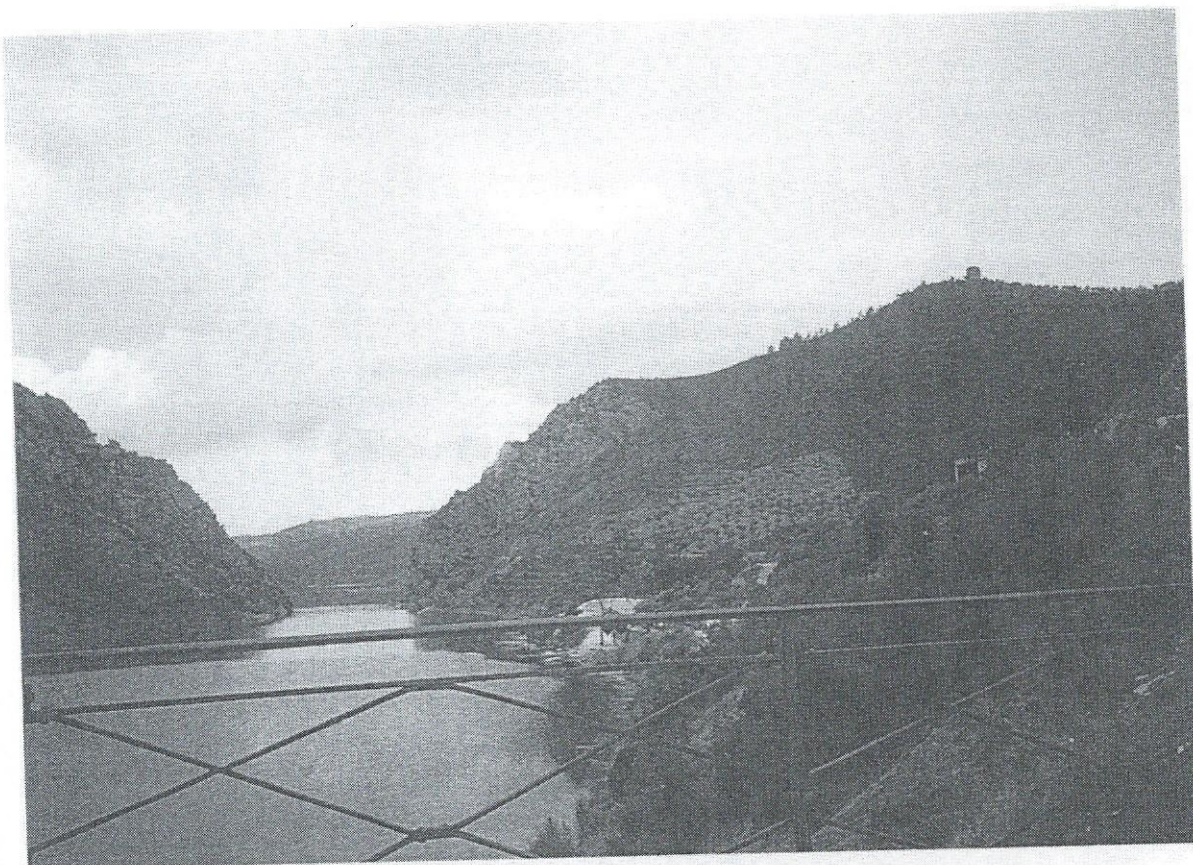
Nisa – torre medieval da porta de Montalvão (distrito de Portalegre).



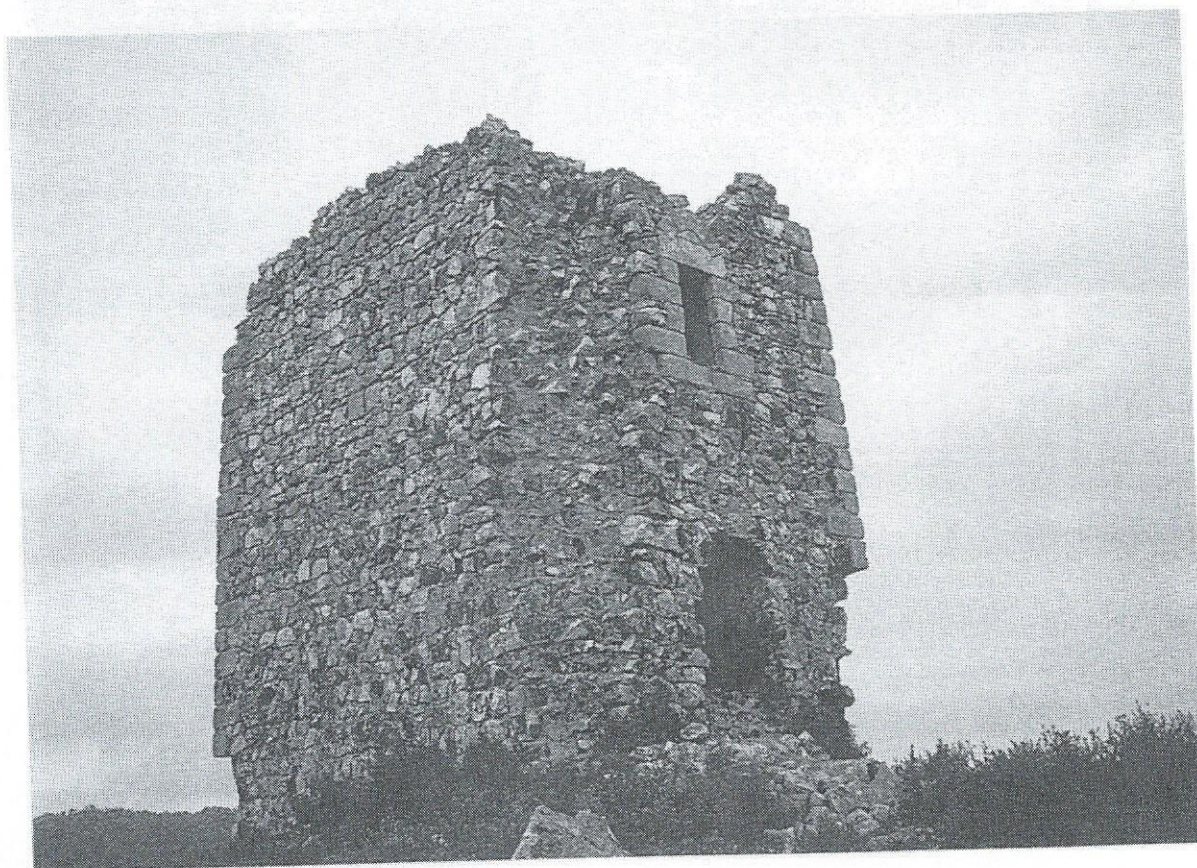
Montalvão – aspecto da cerca arruinada (distrito de Portalegre).



Nisa – porta principal do castelo.



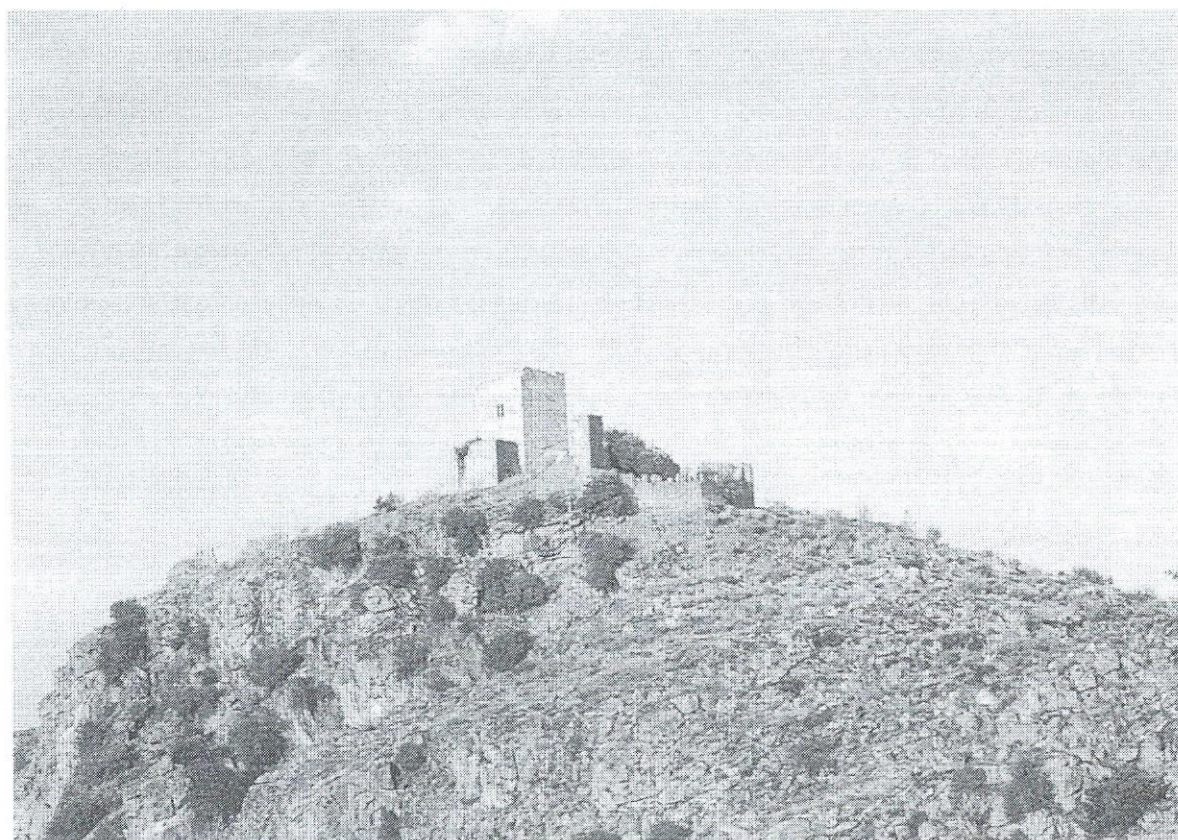
Vista do Tejo. Como fundo, o recorte da atalaia medieval de Vila Velha de Ródão (distrito de Castelo Branco).



Atalaia medieval de Vila Velha de Ródão.



Atalaia medieval sobre o rio Erges, em Salvaterra do Extremo (distrito de Castelo Branco).



Panorâmica do castelo espanhol de Penafiel (Zarza), visto de Salvaterra do Extremo.



UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA